

El español como lengua extranjera en Portugal II:

retos de la enseñanza de lenguas cercanas



Catálogo de publicaciones del Ministerio:
www.mecd.gob.es/

Catálogo general de publicaciones oficiales:
www.publicacionesoficiales.boe.es

DIRECTOR:
ÁNGEL MARÍA SAINZ GARCÍA

COORDINADORA:
JOANA LLORET CANTERO

AUTORES:
M.^a LUISA AZNAR JUAN, TAMARA FLORES, MÁRIO RUI DOMINGUES FERREIRA DA CRUZ, MARIA HELENA ALMEIDA BEIRÃO DE ARAÚJO E SÁ, ANTONIO CHENOLL, CARLOS DE MIGUEL MORA, FRANCISCO JOSÉ FIDALGO ENRÍQUEZ, DOLORES PEVIDA LLAMAZARES, EVA CABRAL DE OLIVEIRA, DOLORES GARCÍA CORDIDO, SELENE VÁZQUEZ RUIZ, MARTA PAZOS ANIDO, MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES, MARÍA JESÚS FUENTE ARRIBAS, MÓNICA BARROS LORENZO, MERCEDES RABADÁN ZURITA, ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO, MARTA SARACHO ARNÁIZ, MARÍA DE LAS MERCEDES FUENTES HURTADO, CECILIA CRIADO DE DIEGO, M.^a ANTONIETA ANDIÓN HERRERO, XANDRA SANTOS PALMOU.



**MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA
Y DEPORTE**

Subsecretaría
Subdirección General de Cooperación Internacional

Edita:
© SECRETARÍA GENERAL TÉCNICA
Subdirección General de Documentación y Publicaciones

Edición: junio de 2016
NIPO: 030-16-407-0
ISBN: 978-989-98690-3-5
Imagen de ilustración: <http://idoproject.com/blog/a-la-rica-sardina/>

A Língua pela Literatura e a Expressão da Cultura

Maria de Lurdes Correia Fernandes
Universidade do Porto – Faculdade de Letras

Cada vez que leemos un libro, el libro ha cambiado, la connotación de las palabras es otra. Además, los libros están cargados de pasado (...). Si leemos un libro antiguo es como si leyéramos todo el tiempo que ha transcurrido desde el día en que fue escrito y nosotros. Por eso conviene mantener el culto del libro. El libro puede estar lleno de erratas, podemos no estar de acuerdo con las opiniones del autor, pero todavía conserva algo sagrado, divino, no con respeto supersticioso, pero sí con el deseo de encontrar felicidad, de encontrar sabiduría.

Jorge Luís Borges, *El libro*.

1. Na longa tradição europeia de cultura do escrito (e conseqüente memória colectiva que ela foi fixando) há, como afirmou há alguns anos Roger Chartier (2001: 84), “um *continuum* desde a prática da escrita ordinária até à prática da escrita literária”. Nesse *continuum* não raras vezes (ontem como hoje) se fazem sentir formas diversas de condicionantes, não só externas, como também pela via do auto-controlo, fruto das íntimas relações dos textos com os seus contextos vários que influenciam os seus propósitos, a formulação e expressão das ideias, assim como, obviamente também, as suas leituras e interpretações. E mesmo quando nos situamos fundamentalmente no campo da cultura escrita, não podemos ignorar as suas fortes relações com o mundo da oralidade e da cultura que ela também constrói. Este facto é ainda mais significativo quando nos reportamos a épocas passadas: porque nem em todos os tempos se leu como lemos hoje, como ato fundamentalmente individual e privado, exceto, claro, em espaços de leitura colectiva ou comunitária ou na sala de aula. Excluindo aqui os ambientes monásticos e conventuais, pela sua especificidade, e a *lectio* ligada ao ensino, a leitura em voz alta de variados tipos de textos, fossem eles literários ou não – inclusive textos particulares como eram as cartas de ausente e muitos outros documentos –, incluía uma “mediação” de leitores que emprestavam o seu saber ler e a sua voz para que outros, não leitores, acedessem não só ao texto escrito, mas também ao mundo que ele transportava ou construía, fosse qual fosse o género literário escolhido. Havia por isso uma vasta apropriação do texto – incluindo o literário – facultada (e “enformada”) pela leitura em voz alta, que o difundia também por grupos sociais e culturais não familiarizados com a prática da leitura directa ou pessoal. Essa apropriação era, simultaneamente, uma forma de aprendizagem e de partilha, assim como um modo de conhecimento que, dentro ou fora dos espaços de ensino, se reproduzia e se transmitia de geração em geração. Desse modo se “liam” (com os ouvidos) muitos textos literários que a treinada memória reproduzia também oralmente – com variantes, é certo, e com criatividade – levando-os a muitos setores sociais que lhes não acediam diretamente pelo registo escrito, como diversos estudos o têm mostrado exemplarmente nas últimas décadas, sobretudo para a Época Moderna (veja-se, por exemplo, Margit Frenk: 1982 e Gómez: 1997).

Se restringirmos esta prática, no plano acadêmico e escolar, ao ensino da língua e da literatura – se se preferir, ao campo da didática em termos acadêmicos – sabemos como ela representa exemplarmente a relação intrínseca entre o oral e o escrito, ou o escrito mediado pela figura do professor enquanto agente capaz de “decifrar” os sentidos do texto escrito e de os expor, seja pela concetualização e explicação das formalidades do discurso ou das regras da língua, seja pela análise ou interpretação dos seus conteúdos. E não é tarefa simples ou que possa ser olhada como desprovida de conhecimentos técnicos ou, mesmo, «científicos», ancorados em metodologias próprias de saberes que lidam com a multiplicidade das vivências e práticas humanas. É tarefa exigente, para se conseguir que à qualidade do ensino corresponda a qualidade da aprendizagem – começando pela aprendizagem (que inclui a real percepção) da complexidade da própria língua, pelos seus usos e pelas suas potencialidades – que os textos, em particular os literários, propiciam no plano superior da sua expressão.

2. O título que organiza esta conferência tem um postulado que serve de ponto de partida para as questões que aqui pretendo abordar: o de que o triângulo constituído pela língua, pela literatura e pela cultura é a base constituinte da nossa identidade cultural formada ao longo de séculos, ou seja, a plataforma que subjaz à especificidade e à multiplicidade das expressões estéticas e artísticas – entendidas no seu amplo sentido – que moldam e diferenciam essa “identidade” no plano internacional, seja no passado, seja no presente, seja, seguramente – ainda que em novos moldes –, no futuro.

Sendo este auditório constituído maioritariamente por professores (ou «candidatos» a professores) de língua espanhola, alguns também de literatura, a valorização que o título traduz, por um lado, deste triângulo e, por outro, do lugar específico e necessariamente central da literatura não é isenta de sentido ou de propósito de reflexão conjunta – enquadrada, aliás, em preocupações que, em particular na última década, têm manifestado diversas autoridades ou personalidades bem conhecidas do mundo da crítica e teoria literária (com realce especial para Calvino 1990, Said 2004, Todorov 2006; Compagnon 2007; Andersen 2009; Silva 2010;). E esse lugar específico da literatura – na sua interrelação com a língua e com a cultura – corresponde também a rico património que nem sempre é suficientemente reconhecido (ou, em alguns casos, conhecido), porque, como diria o poeta espanhol Antonio Machado, se despreza tudo quanto se ignora...

Curiosamente, assiste-se nos últimos anos a uma relativa vulgarização do conceito de “património cultural”, que o termo inglês expressa como *Cultural Heritage* e as transliterações ibéricas traduzem, adequadamente enquanto conceito, como *Herencia/Herança Cultural*. No entanto, estranhamente (ou não), este conceito omite ou desvaloriza com frequência o lugar de honra que a língua, a literatura e a cultura escrita sempre tiveram – e têm, normalmente com primazia – na construção e na afirmação desse mesmo património. E mesmo quando se reconhece (ou só se “tolera”) o seu estatuto de património, há com frequência uma forte tentação de “museificar” (Silva 2010: 13) a literatura através da sua “compilação” – que em certa medida constitui também um “acantonamento” – em bibliotecas históricas transformadas em imensas colecções de livros cuja leitura se desdenha, quando não se dificulta. E se cada vez mais se afirmam as potencialidades dos espaços e dos recursos digitais, afirmando o seu carácter inquestionavelmente mais “moderno” e “global”, tal afirmação não tem sido acompanhada da necessária diferenciação qualitativa que identifique com rigor analítico os distintos tipos de textos e o seu lugar no conjunto do património cultural de que fazem parte. Além disso, todos sabemos que não se pode resumir o conceito de *património cultural* à simples expressão

ou legado de algumas “artes” com forte impacto visual imediato, seja pela via da sua produção e divulgação, seja pela da sua musealização, seja mesmo por via da sua inclusão em roteiros turísticos. Esta frequente simplificação do conceito e dos seus usos só poderá conduzir ao seu empobrecimento e ao parcial esgotamento que com frequência se associa ao “já visto”.

E se hoje esse vasto conceito de “património cultural” assume uma relevância significativa no domínio das Humanidades, importa lembrar, ou relembrar, o quanto o campo específico do binómio língua e literatura é componente basilar e, logo, essencial desse domínio e de todo o património cultural – porque ele assenta no que está na base da criação humana: a íntima relação entre o pensamento e a palavra, entre a sensibilidade e a sua expressão verbal fixada pelo registo escrito, entre a inteligência, a consciência e a capacidade criativa do discurso muito para além da simples finalidade de comunicação das vontades ou das necessidades imediatas. E lembrar também que a literatura (ou seja, a língua na sua complexa plasticidade e composição estética) emerge de num conjunto de referentes profundamente humanos: ideias, sentimentos, valores, gostos, memórias, sofrimentos, ambições, sonhos – que, por sua vez, ela também cria e recria através da fala ou da escrita e que, pela vivência humana, se transformam em *Cultura*. Apesar da evidência, muitas vezes se esquece que as ideias se transmitem através das palavras que lhe dão forma, seja por via oral (ou pela sua expressão gestual), seja pela sofisticação da escrita. E desse modo também criam novas ideias e emoções, não menores que as de uma bela obra de arte ou outros modos de experiência visual que suscita “mudanças” na vida e experiências individuais que a cada dia facultam novas vivências intelectuais, conhecimento e mudança de “pré-conceitos”, certezas ou ideias feitas.

Mostrar como ela traz para a cena do texto escrito, através dos distintos géneros, toda a diversidade da vida humana, incluindo nela tanto as suas grandezas quanto as suas misérias, é tarefa que compete, em primeiro lugar, aos professores, nomeadamente, aos de língua. Porque, nessa diversidade criativa, sobretudo se ancorada no domínio exímio das normas discursivas e das técnicas retóricas, nos conceitos e seus sentidos, ela cria cultura, porque cria modos de ser e estar, gostos e ideias aliados à sua expressão cuidada, modos de ver e compreender o mundo que, pela sua própria natureza, são diferenciados e múltiplos e, por isso, necessariamente enriquecedores, mesmo se escapam a todas as contabilidades ou prioridades de ordem tecnológica, económica ou financeira. Isso não significa, obviamente, que lhe falte rigor, que lhe falte domínio técnico, que lhe falte *scientia*. Muito pelo contrário. Porque ela pode e sabe – e por isso deve sempre – trabalhar de modo exemplar e cristalino a relação entre o pensamento e a palavra, entre as emoções e a sua expressão estética, entre a memória e a inteligência, entre a experiência e a especulação fantasiosa e criativa (que são realidades, ainda que não se possam contabilizar). Por isso cabe a quem estuda e transmite criticamente esta “arte”, ou os “artifícios” de que se servem os autores no tecer da língua, fazê-lo com o rigor analítico e metodológico que evite a superficialidade de cariz exclusivamente subjectivo da análise, que, pelo contrário, evidencie a relação do texto com os seus contextos (não só o da produção, mas também os das leituras, que podem ser os do nosso tempo), assim como com os referentes literários e culturais que fazem parte da sua própria génese e, logo, da sua complexidade intrínseca e culturalmente marcada. Porque nem sempre se tem presente que a linguagem humana (a da palavra ou a do gesto que a substitui) é, ainda hoje, a primeira manifestação da inteligência e da criatividade humanas, elevadas a um estatuto ou patamar especial pela literatura, não menos que através de outras artes que se assumem como outras linguagens que expressam igualmente essa inteligência e essa criatividade.

Neste enquadramento, os profissionais que estudam o intrincado triângulo língua, literatura e cultura (maternas ou segundas, mas sempre ligadas entre si, umas e outras, pelos vértices e lados do mesmo triângulo) têm o poder e a capacidade de afirmar ou evidenciar a real importância que ele tem para a compreensão do nosso presente e do património que o caracteriza. Porque conhecendo o funcionamento orgânico da língua (tanto em termos linguísticos como contextuais de sentido), e dispondo de meios ou recursos para identificar a complexidade de cada componente desse triângulo e a que resulta das suas interrelações, terão condições para demonstrar, sem reduzir ou limitar, todas as suas potencialidades, a sua originalidade e identidade, a força que o faz resistir à erosão do tempo ou das modas que este cria. Consequentemente, disporão dos instrumentos para evidenciar o seu importante papel na construção do nosso futuro: um futuro em que as pessoas, na sua diversidade que entrelaça, num plano elevado, o pensamento, a memória, as emoções e a própria imaginação, ocupem um lugar que não seja, por um lado, o da sujeição a simplificações ou empobrecimentos que resultam do recurso a formatos ou padronizações simplificadas da língua (e muito menos de qualquer língua franca) e, por outro, o de dependência anímica em relação a múltiplos estímulos por vezes motivados por outros interesses (tecnológicos, financeiros ou outros) que, apesar dos seus méritos, estão muito para além das verdadeiras necessidades de crescimento interior e de realização humana e social.

Neste sentido, os professores, investigadores, conhecedores desta “ciência” – tomada aqui não só no sentido etimológico de *scientia*, mas também enquanto método e modo como se elabora e se transmite o saber (porque todas as ciências são humanas) – possuem as ferramentas necessárias à afirmação ou reconhecimento do lugar que aquele triângulo ocupa nas distintas realizações quotidianas, na memória (ou memórias) colectiva(s), no conhecimento ou apreensão da vida humana e social, assim como do papel que tem na construção de novos referentes para o futuro de todos os jovens cuja formação lhes passa pelas mãos. Consequentemente, toca-lhes a responsabilidade de tornar vivos os legados textuais e literários através do seu estudo, da compreensão da relação, por um lado, dos textos com os seus contextos e, por outro, dos textos com as elaboradas expressões de ideias, sentimentos, emoções que fazem parte da maior riqueza desse viver humano e social que atravessa todos os tempos.

3. E se não podemos (e, obviamente, não devemos nem queremos) questionar a valorização da cultura contemporânea entendida como capacidade de criar de novo, de romper com tradições, de *re-criar*, de pensar novas ideias ou novos modos de as apresentar (mesmo que inventando outra vez o que já foi inventado, dando-lhe nova roupagem que o ilude), não é menos premente – pela solidez que imprime ao contemporâneo e lhe sustenta as raízes – o conhecimento, a preservação, a divulgação de um riquíssimo legado cultural, como é o literário, que é parte indissociável da nossa “civilização”, da nossa “identidade”, da nossa “contemporaneidade”. Porque esse legado resulta de uma construção que resistiu à voracidade do tempo e venceu, muitas vezes, momentos escuros da história europeia e universal. Aliás, sem essa dupla dimensão da construção da contemporaneidade, estamos a afirmar, para o nosso futuro, a total inutilidade e irrelevância do presente e do que somos. Já o percebeu e notou, há mais de três séculos e meio, um autor português que, no seu tempo, foi um convicto defensor da importância dos então autores “modernos”: D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Fê-lo num dos seus *Apólogos Dialogais* – com o sugestivo título de *Hospital das Letras* (1657) –, numa afirmação colocada na voz de Quevedo, personagem dialogante da obra, segundo o qual “os antigos também foram modernos e nós também havemos de ser alguma hora antigos” (Melo 1970: 23).

É, aliás, sabido que a criatividade é tanto mais inovadora quanto souber explorar – por inspiração, não por imitação – grandes criações de figuras maiores de outros tempos (que, como *clássicos*, continuam presentes) e que por múltiplas vias nos fizeram o que - e como - somos. Como afirmou Jorge Luís Borges no texto já citado em epígrafe, “Si leemos un libro antiguo es como si leyéramos todo el tiempo que ha transcurrido desde el día en que fue escrito y nosotros” (Borges 1998). E também como há mais de meio século afirmou o escritor português Almada Negreiros num texto que apreende admiravelmente o carácter circular da modernidade: “Nós não somos do século de inventar as palavras. As palavras já foram inventadas. Nós somos do tempo de inventar outra vez as palavras que já foram inventadas” (Negreiros 1971: 151).

Como atrás se disse, a complexidade da língua é também a sofisticação do pensamento e das suas expressões, que a literatura eleva à máxima potência. E por isso também lhe alarga os horizontes. Bem o formularam, por um lado, o linguista Tzvetan Todorov (2006: 16) ao afirmar que “la littérature élargit notre univers, nous incite à imaginer d’autres manières de la concevoir et de l’organiser...” e, por outro, Antoine Compagnon (2007: 34, 38) ao lembrar que “la littérature répond à un projet de connaissance de l’homme e du monde”, ela “plaît et instruit” – tanto hoje como no tempo de Horácio. E ainda que hoje, muito mais do que no passado, a tradução (se é de qualidade e não simples transliteração) contribua decisivamente para que a literatura não tenha fronteiras e que o acesso livre digital possa massificar o acesso a vastos e diversificados tipos de textos e de obras literárias, tais possibilidades e condições não retiram identidade cultural aos textos, porque lhes não destroem os referentes teóricos e estéticos, os conceitos para que remetem, as marcas linguísticas e culturais que “enformam” as palavras, as influências literárias e as expressões próprias da língua original.

Concomitantemente, a apropriação “competente” da língua (materna ou não materna) só é eficaz em termos qualitativos através do recurso a textos ricos em conteúdo e expressividade, como são os textos literários, sobretudo se devidamente contextualizados, para conseguir transmitir (quando não *criar* ou provocar) tanto o rigor dos conceitos e das formas, quanto a diversidade do pensamento e das ideias, a revelação multiforme da inteligência e da sensibilidade, o conhecimento da dimensão humana da sociedade e do mundo, a formulação de juízos críticos, a apreensão das suas múltiplas facetas, dos seus referentes culturais, dos muitos sentidos que as palavras podem conter: porque elas se repetem mas também se transformam e se rejuvenescem a cada nova contextualização. Não por acaso, ao longo dos tempos, a literatura (em particular, mas não só, a Poesia), caminhou de mãos dadas com a Filosofia.

Ou seja, no nosso vasto património literário e textual também radica a nossa riqueza identitária – o que hoje somos –, o registo da nossa forma de ser e estar, os elementos materiais e “imateriais” que fomos criando a par da consolidação da língua materna e de línguas não maternas, assim como das marcas culturais que as diferenciam de outras línguas, na sua estreita relação com as respectivas culturas e com os territórios que, em conjuntos com estes factores, ditaram a sua diferenciação construída ao longo de séculos, numa permanente criação e recriação que sulcaram a diversidade do presente e se prolongarão, pelo menos, no futuro próximo, apesar de todas as estratégias de homogeneização necessariamente empobrecedora, *inclusive*, do ponto de vista cultural.

Como bem notou Italo Calvino na apresentação do seu interessantíssimo livro *Seis propostas para o próximo Milénio* (Calvino 1990: 11, 19-20), “Minha confiança no futuro da literatura consiste em saber que há coisas que só a literatura com seus meios específicos nos pode dar” e que “no universo infinito da literatura sempre se abrem outros caminhos a

explorar, novíssimos ou bem antigos, estilos e formas que podem mudar a nossa imagem do mundo”.

Esta realidade, que alguns críticos de outras áreas se recusam a aceitar como tal porque não é, alegadamente, “científica”, contém no entanto uma força que resulta da própria vitalidade que une língua, literatura e cultura. Como também afirmou o mesmo autor, “Há invenções literárias que se impõem à memória mais pela sugestão verbal que pelas palavras” (Calvino 1990: 30). Exemplificou, aliás, com a referência à célebre cena em que Don Quixote crava a sua lança numa pá do moinho de vento. Lembremos aqui os termos exatos e célebres do excerto, agudo como tantos outros, do cap. VIII de *Don Quijote de la Mancha*: “...y dándole una lanzada en el aspa, la volvió el viento com tanta furia, que hizo la lanza pedazos, llevándose tras sí al caballo y al Caballero, que fue rodando muy maltrecho por el campo” (Cervantes Saavedra 1998: 96). Frase lapidar e concisa, mas com a qual se pode dizer que o autor, com um mínimo de recursos estilísticos, criou uma das “passagens mais célebres da literatura de todos os tempos” (Calvino 1990: 30).

Este texto mostra de modo exemplar como a literatura tem inequivocamente um poder – que é um saber: o de trabalhar a língua para formular a “expressão necessária, única, densa, concisa, memorável” (Calvino 1990: 61). Aliás, os autores do *Siglo de Oro* espanhol e ibérico confirmam-no de múltiplos maneiras. E é nesta capacidade que reside a sua força, não mensurável, a sua superioridade no uso da língua e na criação de imagens que se cravam e espalham na memória dos tempos que lhe sucedem – e nas imagens de outras artes que nela se inspiram. Uma força que no passado (ignoremos momentaneamente o presente) assustou alguns poderes, que se socorreram da censura, umas vezes direta, outras (bem mais problemáticas) indireta, para o controlar ou o diminuir. Em vão.

E se é verdade – e importante afirmá-lo – que a língua é um sistema gramatical com regras próprias que a estruturam, ela é também – ou antes de mais – a relação dessa forma com os conteúdos, com as ideias que lhe subjazem, com todo o universo humano, social, histórico e material que o envolve. Ou seja – não é demais repeti-lo – é muito mais do que um veículo humano de comunicação. Os textos literários são os únicos que trabalham a língua como objeto ou recurso artístico que não necessita de recorrer a suportes ou tecnologias complexas, seja para expressar concetualizações do pensamento – aspeto que comungam com a Filosofia –, seja para formular, nos seus distintos e complementares géneros, as múltiplas facetas do viver humano, do mais sublime ao mais elementar, de acordo com ideias e contextos que, não sendo os nossos, com os nossos comungam a experiência e as vivências humanas. Porque, como afirmou há poucos anos a filósofa Bárbara Cassin... une langue n’est pas simplement un moyen de communiquer: elle est aussi une culture, un monde de frases, de rythmes qui diffèrent (...) elle dessine un monde” (Cassin 2012: 34-35).

4. Importa ainda ter presente como a literatura (num vasto sentido que vai além da expressão poética) é capaz, ela própria, de criar realidades e exemplos, mesmo quando são totalmente fantasiosos. Por vezes precisamente por isso. Veja-se o impacto que tiveram (e mantêm, nos que releem os clássicos) diversas figuras literárias que vivem ainda hoje como referência ou símbolos de diversas facetas da vida humana. Refiro aqui apenas algumas do chamado “Século de Ouro” espanhol e ibérico, algumas das quais eram laterais na história original que se contava: é o caso da alcoviteira Celestina na obra que começou por ser *Comedia de Calisto e Melibea*; ou o do pícaro que por antonomásia remonta ao pobre Lazarillo de Tormes; ou de D. Juan, um mito que se fez personagem em *El Burlador de Sevilla y convidado de piedra* e logo saltou para os palcos internacionais como o exem-

plo do sedutor impiedoso; ou, na literatura portuguesa, o Velho do Restelo imortalizado nos *Lusíadas* e logo assumido no mundo luso como símbolo da recusa da modernidade; ou de tantos outros que criaram representações humanas apropriadas pelos tempos subsequentes, em diferentes países e culturas, sem as quais as nossas línguas (portuguesa e espanhola), por lhe faltarem os exemplos que ela criou e consagrou, seriam muito mais pobres.

O modo como os vários autores trabalharam estes exemplos de vida humana inseridos em contextos de época, permitindo e até suscitando a sua apropriação por outras épocas e outros contextos culturais, resulta, essencialmente, da capacidade de exploração das virtualidades da língua, não tanto como uma sucessão de formalismos ou de regras condicionadoras da liberdade criativa, mas como expressão aguda, subtil ou intensa de realidades imaginadas, apreendidas ou mesmo vistas, de sentimentos com múltiplas motivações, próprias da mais diversificadas realidades humanas (como são a fome ou a morte ou qualquer sofrimento, ou o amor e todas as emoções). Em todos os tempos os bons autores trouxeram e trazem para o campo ficcional toda a complexidade do real, seja ele do corpo ou do espírito. Sim, porque a imaginação, a emoção, os sentimentos não se medem nem se matematizam, mas existem, como é reconhecido até por cientistas que estudam as partículas elementares ou o funcionamento do cérebro.

Deste modo, tal como a Física, a Matemática, a Biologia descrevem ou interpretam com linguagens próprias o mundo que nos rodeia, também a Literatura, enquanto expressão do pensamento, da imaginação, das emoções, dos medos ou dos anseios (ou seja, do nosso mundo interior), assim como da cultura (ou das culturas) que o enforma(m), trabalha e tece a língua (que também não se mede, mas existe) por via de diversas linguagens específicas traduzidas nos seus distintos géneros: o poema, o romance, o teatro, a novela, o conto, a biografia, a autobiografia, o ensaio, a crónica, o relato histórico... Para a compreensão plena de cada um desses géneros há *técnicas* (que, cada uma a seu modo, a linguística, a crítica e a história literária explicitam); há conhecimentos específicos que foram sendo elaborados historicamente, como bem o têm mostrado os trabalhos de Rogelio Ponce de León; há metodologias de análise e teorias próprias que, na realidade, são modos de conhecimento desta “ferramenta” estritamente humana. Por isso, como atrás se disse e nunca é demais repetir, tais técnicas e metodologias não podem, por um lado, dispensar o rigor da análise e, por outro, permitir interpretações simplistas ou fantasiosas que lhes retirem *scientia* ou saber com rigor e respeito pelos sentidos e significados dos textos. Porque estão em causa mundos complexos que se alimentam, em simultâneo, do viver pessoal (biológico e mental ou espiritual), físico e social que têm no *conhecimento* o suporte do futuro que se pretende construir.

5. Por sua vez, o campo da cultura (enquadrada no triângulo aqui enunciado que a limita ao mundo dos textos) é um domínio de análise e de conhecimento de tanta *utilidade* como outros domínios do saber, como a matemática ou a biologia. Não propriamente para efeitos de criação de valor acrescentado no sentido estritamente económico do termo (embora também o tenha, por via da publicação dos textos, dos seus estudos e da tradução, ou do imenso e vastíssimo trabalho de criação de conteúdos transformáveis em “produtos” de consumo). Mas utilidade para o conhecimento e usos do viver humano que ela partilha com muitas áreas que fazem das suas técnicas necessidades sociais (do desporto ao turismo, da viagem à “saúde e bem estar”, a que a leitura também dá resposta). Porque a cultura que a literatura também molda não é apenas o produto do pensamento ou da sensibilidade dos vários autores e do tempo em que eles escrevem; ela é também, pelas

práticas variadas da leitura dos melhores autores ou dos melhores textos, pela compreensão dos seus sentidos (pretendidos ou não), uma realização repetida, uma actualização constante, uma recriação permanente, uma expressão do pensamento ou dos pensamentos dos que deles disfrutam com gosto e que com eles aprendem. E a literatura propicia experiências e visões do mundo facultadas pelas palavras trabalhadas e enriquecidas com a formulação de conceitos, com a criação de imagens, com a sugestão de emoções, com a invenção de outras realidades que as fazem viver de novo, no contexto de uma nova rede de relações que lhes conferem nova identidade. Ou seja, a literatura também ensina e educa, através do reviver das realidades (ficcionalis ou não) que as palavras criaram. Deste modo, cria, alimenta e enriquece a cultura que, em simultâneo, se apoia na memória e se recria em permanência. Neste tempo que perdeu já muitas memórias que a cultura da memória transmitia e em que se usam com frequência palavras desvirtuadas dos conceitos que lhes deram e dão sentidos precisos, urge mostrar como cultura que radica nas expressões mais elaboradas da linguagem – seja na poesia, no teatro, no romance, no ensaio, na novela, na história... – dá especial resposta às exigências intelectuais, às vivências pessoais e a esperanças humanas, porque é a cultura que diferencia a nossa sociabilidade em relação não só a outras sociabilidades, mas sobretudo em relação aos vários mundos dos animais que, tal como os humanos, têm necessidades e se organizam para lhes dar resposta ao longo do – e dos – anos. Retomando Barbara Cassin, “Il faut comprendre qu’une langue, ce son des auteurs et des oeuvres. La culture est ce qui définit une langue” (Cassin 2012: 40).

Por tudo isto, estimular a leitura e a compreensão de textos, especialmente literários, de todos os tempos para o aprofundamento ou desenvolvimento da aprendizagem e uso da língua (materna ou não materna, enquanto recurso e arte que permanentemente se actualiza) é contribuir para o enriquecimento da capacidade de pensar e de imaginar e, conseqüentemente, para o desenvolvimento humano e social. Porque por esses textos se transmitem - e com as suas leituras (individuais ou colectivas) se produzem - conhecimentos e experiências que uma só pessoa nunca será capaz de experimentar, mas que deste modo pode conhecer. Como bem o reconheceu há uma década Tzvetan Todorov revendo muitas das suas posições críticas anteriores: “Plus dense, plus éloquent que la vie quotidienne, mais non radicalement différente, la littérature élargit notre universe, nous incite à imaginer d’autres manières de la concevoir et de l’organiser. Nous sommes tous faits de ce que nous donnent les autres êtres humains...” (Todorov, 2006: 15-16).

A valorização da ligação íntima entre a língua e a literatura que a enriquece vem realçar a necessidade de passar pelo crivo da crítica a concepção radicalmente empobrecedora de uma língua pensada como um instrumento que, mercê de recursos tecnológicos, poderia permitir, à maneira do *Google translator*, realizar a correspondência perfeita de cada palavra em cada língua com uma outra palavra em qualquer outra língua, produzindo sentido sem a (para muitos obsoleta) necessidade da *poiesis*, quando é esta que faz da língua expressão de muito mais do que sequências ou correspondências de palavras; ou a crença ingénua de que uma língua franca é capaz de expressar, em toda a sua complexidade, as subtilezas de uma língua materna – melhor, do pensamento expresso por uma língua materna – ou, mesmo, da produção científica e cultural, como se o que se diz, como se diz, quem lê e como lê não fossem, em si mesmo, elementos relevantes da comunicação humana e da compreensão dos sentidos, dos conceitos e do pensamento que ela envolve; ou como se os textos literários não fossem recheados de significados e valores “antropológicos, éticos, sociais e políticos” que “os leitores actualizam diversa e variavelmente ao longo da história da recepção dos textos, em função da sua própria his-

toricidade de leitores e intérpretes” (Silva 2010: 37). Ou seja: como se as leituras dos textos não fossem, elas próprias, práticas culturais que, por isso, lhes conferem distintos sentidos ou significados.

6. Pelas razões expostas, só a integração, ou a profunda interligação, dos estudos sobre a língua, a literatura e a cultura – com abertura a outras áreas, como a Filosofia –, vencidos os preconceitos e os complexos de cientificidade imposta por outros saberes ou a outras linguagens, permitirá abordagens modernas, multidisciplinares e enriquecedoras dos diversos prismas de análise deste triângulo “humanístico”. Essa interligação criará uma riqueza e uma especificidade não só útil, como necessária, para devolver aos textos o lugar de relevo que de facto têm na compreensão e interpretação da vida e da sociedade humanas. Porque é nessa interligação que se afirma a força da língua e da cultura que ela exprime, a criação de uma visão do mundo em que a cada pessoa se reconheça o seu próprio – e relativo – valor, a profunda relação do individual com o colectivo e com a própria natureza em que se insere.

Não é demais lembrar que a apropriação crítica dos textos literários – mesmo quando apenas se pretendem ensinar aspetos básicos do funcionamento da língua – permite uma apropriação indirecta, em simultâneo, das técnicas que subjazem a esse funcionamento (normalmente, bem dominada pelos bons autores) e da complexidade do pensamento, da expressão da inteligência e das emoções, do conhecimento do mundo e da vida humana, dos referentes culturais, dos juízos críticos, da criação de novos sentidos... Porque as palavras, ainda que se repitam ao longo dos séculos, também se vão transformando, rejuvenescendo ou evoluindo nos seus sentidos. Como dizia Almada Negreiros (1971: 149), “As palavras têm moda. Quando acaba a moda para umas começa a moda para as outras. As que se vão embora voltam depois. Voltam sempre, e mudadas de cada vez. De cada vez mais viajadas. Depois dizem-nos adeus e ainda voltam depois de nos terem dito adeus...”.

Como também afirmou Birgit Neumann (2011: 335), há uma forte relação entre o que “desaparece” (ou se pensa que desaparece”), o que “permanece” e o que “re-emerge”. Do seu ponto de vista, a literatura representa um modo de expressão da apropriação cultural da realidade que tem à sua disposição técnicas específicas de exploração que são definidas como ficcionais e que são historicamente variáveis. Deste modo, a literatura é um meio formativo na memória cultural que, simultaneamente, constrói e observa essa memória.

Consequentemente, os textos literários são, também pelos seus sentidos culturais, auxiliares preciosos da didáctica da língua. Porque, como atrás afirmei e não é demais repetir, a língua é, pela moldagem criativa dos textos literários assente na cultura que ajudou a construir, um património cultural tão ou mais importante que outras expressões do pensamento, da criação e da ação humanas, como a pintura, a escultura, a arquitetura, o cinema, as várias artes – ou artificios – que são formas diferenciadas de criação e expressão da mesma cultura que a língua revela – e na qual, com frequência, outras artes se inspiram (como a pintura ou o cinema). É uma elaboração que tem história, que tem experiência, que tem um saber incorporado na sua própria evolução. Bem o viu Aquilino Ribeiro – um exímio criador e cultor da língua portuguesa – quando afirmou ser necessário “clarificar” a língua. “Acresce que a nossa língua está tão pouco clarificada que apenas pensa com precisão e justeza quem escreve correctamente. Julgar que em nome duma postíça originalidade ou evidenciação do humano haja de se abolir a técnica é pueril. E fazer tábua rasa da experiência adquirida no domínio da expressão não pode deixar de representar um inútil, inglório

e malogrado intento. A palavra é como mármore na estátua; dar a essa matéria semblante de vida, curvas voluptuosas, sombras quentes, frémido, solidez, eis o difícil objectivo que se não alcança de golpe. Com verbo desordenado, segundo a flux apocalíptica da imaginação, só poderá obter-se uma turva e destrambelhada arte...” (Ribeiro s.d.: 9).

Deste modo, fica claro que essa apropriação tem de caminhar a par de um conhecimento rigoroso, exigente e tecnicamente competente do funcionamento da língua enquanto, também ela, criação que tem uma longa história. Essa exigência aplica-se tanto ao ensino da língua materna como da língua não materna – embora no primeiro caso seja, obviamente, mais premente. Mas nunca com prejuízo da sua riqueza criativa e da sua plasticidade, só acessíveis aos seus praticantes mais exímios, aos que nela sulcam as mais belas imagens de que é capaz a mente humana.

7. Neste contexto, e porque com os clássicos se aprende sempre, vale a pena lembrar a percepção do problema que, já nos séculos XV e XVI, tiveram vários autores que se debruçaram sobre a questão da língua, quando o castelhano (e, a seu modo, também o português) lutava para se impor, como línguas de cultura, na Europa desse tempo (Ruiz Pérez 1987 e 1993; Terracini 1993). Sem entrar aqui pelas polémicas em que se envolveram vários autores e que incluíam questões que extravasavam a questão estrita da língua, faz especial sentido lembrar uma passagem interessante do *Diálogo de la Lengua* do “erasmista” Juan de Valdés. Obra escrita num período fervilhante de correntes literárias e culturais, em que a língua castelhana disputava, praticamente já sem contenção, com outras línguas de cultura (em particular a toscana) um lugar preeminente na expressão literária e no plano cultural, com ela revela o seu autor – na linha de Pietro Bembo – a consciência da crescente afirmação do poder e prestígio dos autores de textos literários, exemplificando com alguns que, já na época, eram de referência: “Porque veo que la [lengua] toscana stá ilustrada y enriquecida por un Bocacio y un Petrarca, los quales, siendo buenos letrados, no solamente se preciaron de scriver buenas cosas, pero procuraron escribirlas com estilo muy próprio y muy elegante, y como sabeis, la lengua castellana nunca há tenido quien escriba en ella com tanto cuidado y miramiento quanto sería menester para que el hombre, quiriendo dar cuenta de lo que scrive diferente de los otros, o reformar los abusos que ay oy en ella, se pudiesse aprovechar de su autoridad”. E por isso deixou clara, pela voz da personagem Pacheco, a consciência dos planos diferenciados – mas complementares – dos manuais de língua e dos textos que a elevam a um plano acima das próprias regras do seu funcionamento. Diz Pacheco: “...sabeis que para la que llamais ortografía y para los vocablos os podéis servir del autoridade del vocabulário de Antonio de Librixa, y para el estilo, de la del libro de *Amadís de Gaula*” (Valdés, 1976: 10-11). Mais adiante, ainda a propósito do estilo, foi Marcio quem sintetizou eloquentemente essa perspectiva: “En efeto es assí, que en todas las lenguas del mundo ay unos que sciven mejor, más propiá y más galanamente que otros, y por esto los que quieren aprender una lengua de nuevo, devrían mucho mirar en qué libros leen (...) es tal nuestro estilo quales son los libros en que leemos” (Valdés, 1976: 161-162).

Valorizemos, por isso, desde a infância e em todo o sistema escolar e educativo (como o fez em estudo recente Ballester: 2015) o estudo da língua (a materna ou a não materna) pelos melhores manuais de língua: os textos dos melhores autores, incluindo os que, podendo não ter estatuto de “clássicos”, têm dela um uso que traduz o domínio exímio da *técnica* que lhe subjaz, a elegância da sua formulação, a complexidade vocabular e a beleza das imagens que, sem violação das normas gramaticais, lhes imprimem criatividade e estimulam o pensamento fecundo e fluido.

Claro que para tal é necessário dispor de boas edições dos textos. É necessário que elas sejam acessíveis a todos os jovens, independentemente dos seus recursos económicos ou financeiros; é urgente que eles se familiarizem com os textos integrais e não com *resumos* cujas finalidades são exclusivamente de ordem financeira. É imperioso que conheçam a variedade dos autores que compõem o património literário da língua que estudam como materna ou como segunda.

O panorama de que dispomos não é, contudo, esse. Se percorrermos grande parte das nossas livrarias – muito mais em Portugal do que em Espanha, porque não temos sequer uma colecção “nacional” de clássicos, escolhidos por equipas competentes e diversificadas –, o lugar de destaque que têm textos de oportunidade (e não só os best-sellers), ofuscam ou remetem para lugares de pouca visibilidade os clássicos ou autores menos conhecidos, ou muitas obras que, com eles, construíram um mundo concreto e diferenciado de que ainda somos devedores. Deste modo, as próprias livrarias contribuem para relegar esses clássicos para recantos de fastio ou para espaços indistintos de “ficção”, moldando pelo realce da “novidade” pretensos gostos de fresca (e também passageira) modernidade, talvez com receio da censura do “antigo”, como se esse antigo não tivesse sido moderno (e por vezes muito ousado) no seu tempo. Não é novo este gosto por publicar livros, sem prévios requisitos de qualidade formal, disciplinar ou estética. Cito de novo Francisco Manuel e Melo no *Hospital das letras* (1657), pela voz de Bocalino: “Fazer livros é tentação e para muitos tão urgente, que há pessoas que têm por tão preciso imprimir um livro como passar, em vida ou morte, pelo buraco de Santiago”; ou ainda, em outro contexto discursivo, “Pois ainda agora sabeis vós que os livros, como filhos dos homens, padecem nossas próprias paixões e perigos?! Daqui procede que muitos agradáveis e famosos escritos têm dentro de si graves enfermidades, as quais, chegando ao último ponto, os fazem morrer de súbito na fama e no aplauso” (Melo 1970: 61 e 128).

8. Para terminar, evoco as palavras certeiras de Baltasar Gracián no seu editadíssimo (ainda hoje) *Oráculo Manual e Arte de Prudencia*, sobre “Cultura y Aliño”: “Nace bárbaro el hombre; redímese de bestia cultivándose. Hace personas la cultura, y más cuanto mayor (...). Pero aún la misma sabiduría fue grosera, si desaliñada. No sólo ha de ser aliñado el entender, también el querer, y más el conversar...” (Gracián 2001: 150). E acrescento mais duas agudas passagens do hoje esquecido *Hospital das Letras*: uma, com palavras colocadas na voz de Lípsio: “as palavras boas e em boa ordem é a mesma poesia”; outra, com palavras atribuídas a Quevedo: “É a própria poesia ou metro espanhol, suave, amoroso, agudo, engraçado, que só os poetas castelhanos e portugueses têm, com que muito luzem suas obras e avantajam aos italianos e franceses que ainda as não imitaram” (Melo 1970: 39-40).

Os tempos mudaram, mas não a capacidade das literaturas ibéricas para se afirmarem no plano internacional pela riqueza e profundo alcance dos seus autores e dos textos que, mesmo que por vezes esquecidos ou silenciados, sempre viverão pela força, sentidos ou beleza da sua arte, assim como viverão todos os clássicos que continuam modernos se formos capazes de os continuar a ler ou reler, a compreender e a interpretar, a contextualizar e a ensinar, recuperando a plasticidade, a sugestão, a profundidade semântica, a formosura ou agudeza dos conceitos e das palavras que traduzem a riqueza do pensamento e dos sentimentos humanos que atravessam os tempos e sobrevivem aos distintos períodos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SELECIONADAS:

- Ballester, J. (2015): *La formación lectora y literaria*. Barcelona: Editorial Graó, 2015.
- Borges, J. L. (1998), “El libro”. *Borges oral*. In J. L. Borges: *Miscelánea*. Barcelona: Mondadori, 199-207.
- Cassin, B. (2012): *Plus d'une langue*. Montrouge: Bayard Éditions.
- Chartier, R. (2001): *Cultura escrita, Literatura e História. Conversas com Carlos Aguirre, Jesús A. Rosique, Daniel Golden e António Saborit* (trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Calvino, I. (1983): *Punto y aparte. Ensayos sobre literatura y sociedad*. Barcelona: Bruguera (ed. original 1980).
- Calvino, I. (1990): *Seis propostas para o próximo milénio*. São Paulo: Companhia das Letras (trad. do italiano).
- Calvino, I. (1991): *Perché leggere i classici*. Milano: A. Mondadori.
- Castillo Gómez, A. (1997). *Escrituras y escribientes. Prácticas de la cultura escrita en una ciudad del Renacimiento*. Las Palmas de Gran Canaria, Fundación de Enseñanza Superior a Distancia.
- Cervantes Saavedra, M. (1998): *Don Quijote de la Mancha*. Ed. Instituto Cervantes, dir. Francisco Rico. Barcelona: Crítica.
- Compagnon, A. (2007): *La littérature pour quoi faire?* Paris: Collège de France / Fayard (Col. Leçons Inaugurales du Collège de France, n° 188).
- Frenk, M. (1982): “Lectores y oidores. La difusión oral de la literatura en el Siglo de Oro”. Actas del Séptimo Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas, 2 t. Roma: Bulzoni, I, 101-125.
- Gracián, B. (2001): *Oráculo Manual y Arte de Prudencia*. Ed. de Emilio Blanco. Madrid: Cátedra.
- Andersen, H. L. (2009): “Langue, culture: jamais l'une sans l'autre”, *Synergies Pays Scandinaves* 4, 79-88.
- Melo, F. M. (1970): *O Hospital das Letras*. In Jean Colomès: *Le Dialogue 'Hospital das Letras' de Don Francisco Manuel de Melo*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais.
- Negreiros, J. de Almada. (1971): *Obras completas, 4 – Poesia*. Lisboa: Estampa.
- Neumann, B. (2008): “The literary representation of memory”. In Erl, A. & Nünning, A. (eds.): *Cultural memory studies: An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin/New York: De Gruyter, 333-343.
- Ribeiro, A. (s.d.): *O Servo de Deus e A Casa roubada*. Lisboa: Bertrand.
- Ruiz Pérez, P. (1987): “Sobre el debate de la lengua vulgar en el Renacimiento”. *Criticón*, 38, 15-44.
- Ruiz Pérez, P. (1993): “La cuestión de la lengua española: aspectos literarios y estéticos en los siglos XV y XVI”. In P. Ruiz Pérez (ed.). *Gramática y Humanismo. Perspectivas del Renacimiento*. Córdoba: Ayuntamiento /Madrid: Ed. Libertarias, 119-143.
- Said, E. W. (2004): *Humanism and democratic criticism*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Silva, V. A. (2010): *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Terracini, L. (1993): “Nebrija y Valdés críticos literarios”. In Ruiz Pérez (ed.). *Gramática y Humanismo. Perspectivas del Renacimiento*, cit., 145-162.
- Todorov, T. (2006): *La littérature en péril*. Paris: Flammarion (Col. Café Voltaire)
- Valdés, J. de (1976): *Diálogo de la Lengua*. Ed. de J. F. Montesinos. Madrid: Espasa-Calpe.